

Pressão vai aumentar

VICENTE NUNES E
ADRIANO CEOLIN

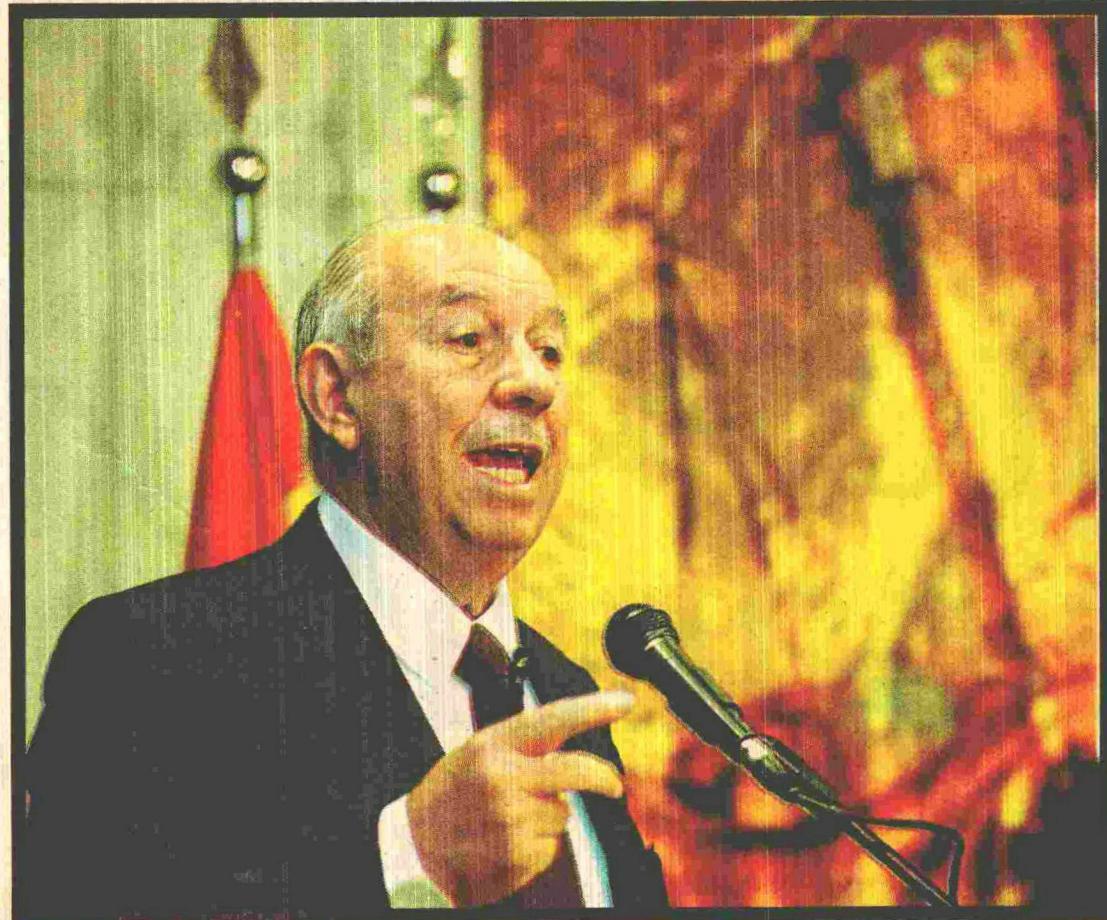
DA EQUIPE DO CORREIO

A decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) de manter a taxa básica de juros (Selic) em 26,5% ao ano transformará o Banco Central (BC) em alvo de pressões cada vez maiores de integrantes do próprio governo. E, pior, provocará uma grande queda-de-braço com o mercado, que começou, ontem, a especular em torno de uma redução de pelo menos um ponto percentual na reunião do Copom nos próximos dias 17 e 18 de junho. "Se alguém achou que o bombardeio em cima do BC foi grande neste mês, não imagina o que verá nas semanas seguintes", disse o economista-chefe do Banco Santos, Marcos Maciel.

O vice-presidente José Alencar voltou a criticar a manutenção da taxa de juros em 26,5%, ontem à noite, em entrevista em seu gabinete no Palácio do Planalto. "Por enquanto nada me convenceu. Estamos jogando dinheiro pela janela", disse. Alencar, no entanto, preferiu não fazer críticas diretas à equipe do Banco Central. "Se estiver enganado, eu dou minha mão à palmatória", disse. O vice fez uma projeção em que as taxas de juros poderiam estar, no máximo, em 16,5%. Segundo Alencar, a diminuição de 1% na taxa significa a receita de R\$ 1 bilhão por ano para o governo. "Isso vale uma Cide (Contribuição Sobre o Domínio Econômico) num ano", disse.

Na avaliação de Maciel, a manutenção da Selic deixou a impressão de que o Copom levou mais em conta o discurso do mercado do que as operações fechadas por ele. "Ao mesmo tempo em que pregava a estabilidade dos juros, os investidores sinalizavam, no mercado futuro, uma queda de 0,5 ponto percentual. Então, havia, sim, espaço para tal redução." Segundo Maciel, daqui por diante, as taxas

Kleber Lima



JOSÉ ALENCAR: PROJEÇÕES DE INFLAÇÃO MOSTRAM QUE SELIC PODERIA ESTAR EM TORNO DE 16,5% AO ANO

de juros vão registrar fortes oscilações e haverá uma exigência por um corte mais abrupto na Selic em junho.

O diretor de Tesouraria do Banco Brascan, Luiz Fernando Romano, minimizou essas declarações. No seu entender, o Copom ganhou em credibilidade ao agir tecnicamente e não ceder às pressões políticas pela queda dos juros. "Quanto ao mercado, não há cobranças, mas apostas sobre o que o Comitê vai decidir", afirmou.

Mais conservador, o economista sênior do BankBoston, Marcelo Cypriano, afirmou que os juros só devem começar a cair em julho. E reforçou: "A próxima reunião do Copom será ainda mais difícil, porque as projeções de inflação vão continuar indicando queda, mas o

BC manterá sua política". Para ele, mesmo com os sinais de recuo dos preços, o Copom não poderá passar a impressão de que está aceitando pressões. Cypriano não crê, porém, que o BC venha a reduzir o compulsório sobre os depósitos à vista para abafar críticas contra os juros altos. "Seria melhor fazer isso depois da queda dos juros. Já há bastante liquidez no mercado e o dinheiro extra pode ser direcionado para a compra de dólares, elevando a cotação da moeda."

Entre os sindicalistas, as críticas contra o Copom foram gerais. O presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, criticou a decisão. "A permanência da Selic é nefasta e insensível, pois afasta o país da rota do crescimento econômi-

co". Luiz Marinho, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, ligado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), acrescentou: "A decisão foi um erro. E espero que esse seja o último erro do governo quanto a isso".

Endossando esse discurso, o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando Monteiro Neto, que entregou ao presidente Lula um documento com sugestões para a redução dos juros, classificou como frustrante a posição do Copom. "Esperava, no mínimo, um viés de baixa", emendou o empresário Antônio Ermírio de Moraes, dono do Grupo Votorantim, que também esteve no Planalto.

COLABOROU MARCELO ONAGA